MICHEL FOUCAULT E A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR: DESDOBRAMENTOS*

MICHEL FOUCAULT AND THE NEOLIBERAL ART OF GOVERNING: DEVELOPMENTS

Fernando Luiz Zanetti**
Gleidson Gonçalves de Queiroz***

RESUMO

Neste estudo temos o objetivo de apresentar as implicações dos desdobramentos da governamentalidade neoliberal nos modos de vida contemporâneos. Para cumprir com o objetivo apresentado, elegemos como fio condutor a noção de governamentalidade neoliberal desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault. Nas problematizações sobre a biopolítica, Foucault nos mostra como o problema da população foi crucial para o desenvolvimento sobretudo de duas modalidades de governo: a liberal e a neoliberal. Neste estudo, busca-se, primeiramente, mostrar as diferenças entre os pontos de vista estabelecidos por Foucault acerca da noção de poder e aqueles que o autor desenvolveu sobre a temática da governamentalidade. No segundo momento, tomamos a noção de governamentalidade neoliberal para demonstrar como essa forma de gestão dos indivíduos se desdobra em novas modalidades de governar a conduta dos sujeitos no seu meio de vida. Finalmente, concluímos que, se a governamentalidade neoliberal se desdobra em novas modalidades de gestão da conduta dos indivíduos, em contrapartida essas novas formas de governo implicam o esgotamento físico e emocional das pessoas, desencadeando diversas síndromes.

PALAVRAS-CHAVE: biopolítica; esgotamento; governamentalidade; neoliberalismo; sujeitos.

ABSTRACT

The aim of this study is to present the implications of the unfolding of neoliberal governmentality for contemporary ways of life. In order to fulfill this objective, we have chosen the notion of neoliberal governmentality developed by the French philosopher Michel Foucault as our guiding principle. In his problematizations of biopolitics, Foucault shows us how the problem of population was crucial to the development of two types of government in particular: liberal and neoliberal. The aim of this study is firstly to show the differences between the points of view established by Foucault on the notion of power and those he developed on the subject of governmentality. Secondly, we take the notion of neoliberal governmentality to show how this form of managing individuals unfolds in new ways of governing the conduct of subjects in their living environment. Finally, we conclude that if neoliberal governmentality unfolds in new ways of managing the conduct of individuals, on the other hand, these new forms of government imply the physical and emotional exhaustion of people, triggering various syndromes.

KEYWORDS: biopolitics; exhaustion; governmentality; neoliberalism; subjects.

* Artigo recebido em 24/09/2024 e aprovado para publicação em 20/11/2024.

** Doutor, mestre, bacharel, licenciado em Psicologia pela Unesp de Assis. Pós-doutor pela Faculdade de Educação da USP. Professor da UEMG. Editor-chefe da Revista Educação em Foco (UEMG). E-mail: fernando.zanetti@uemg.br.

*** Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Licenciado em Filosofia pela Faculdade dos Religiosos de Filosofia e Teologia - ISTA e em História pela Faculdade Claretiana. E-mail: ggleidson4@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O filósofo francês Michel Foucault (1982), ao longo da sua trajetória como pesquisador, dedicou-se na criação de uma história dos diferentes processos de subjetivação pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos no mundo ocidental. Com isso, o autor produziu uma vasta literatura que acreditamos nos servir de instrumento teórico e metodológico para analisarmos os processos de subjetivação que ocorrem no contexto histórico atual. No entanto, pensar e pesquisar com Foucault exige um estudo adequado de sua obra e uma leitura atenta dos desvios que, em linhas gerais, vão de uma arqueologia do saber para uma genealogia do poder.

Posta esta questão, com este estudo temos como objetivo apresentar os desdobramentos da arte neoliberal de governar e, por último, mostrar quais são as implicações desses desdobramentos nos modos de vida contemporâneos. Para desenvolver essa abordagem, tomaremos como fio condutor as problematizações que o autor elaborou na genealogia do poder, mais precisamente nos dois cursos ministrados no *Collège de France* intitulados de *Segurança, território e população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979). Para melhor orientar nossa discussão, tomaremos os conceitos-chave do vocabulário foucaultiano inerente à biopolítica, à governamentalidade, ao neoliberalismo e à noção de *homo oeconomicus*.

Iniciaremos nosso texto mostrando as principais linhas de força pelas quais o autor, em seu estudo genealógico, chegou à noção de governamentalidade e como essa temática foi crucial para interpretar uma forma de gestão biopolítica da população. Assim, se fez necessário apontar as diferenças entre os pontos de vista estabelecidos por Foucault acerca da noção de poder e aqueles que o autor desenvolveu sobre a temática da governamentalidade; analisar como o autor, no curso de 1978, procedeu com uma nova leitura da biopolítica, inserindo-a numa forma mais ampla de poder, isto é, numa forma de racionalidade intrínseca à gestão da conduta dos homens.

Após estabelecer as diferenças entre os pontos de vista do autor acerca das duas temáticas, propusemos, no segundo momento, abordar sobre a arte neoliberal de governar. Para isso, tomamos as problematizações de Foucault (2008a) sobre o neoliberalismo desenvolvidas no curso de 1979. É verdade que o (neo)liberalismo já passou por diversos momentos e mutações e, por isso, não temos a intenção de descrever cada uma de suas mudanças. No entanto, visamos mostrar como a arte neoliberal de governar ganhou

legitimidade no âmbito do mercado e da sociedade marcada por um modo de vida inerente ao *êthos* da concorrência. O mercado não mais enquanto o lugar de jurisdição, mas, sobretudo, como espaço de produção da verdade. Veremos ainda que a teoria epistêmica do mercado, segundo Friedrich von Hayek, nos serviu também de grade interpretativa desse modelo de racionalidade.

Feito isso, defendemos que os desdobramentos desse modelo de governamentalidade trazem algumas implicações para os modos de vida contemporâneos. Dessa forma, as noções de um sujeito que toma a si mesmo como um empreendimento, aberto a uma formação continuada e fonte de capital valorizável, se apresentam, no âmbito da concorrência e da meritocracia, como uma espécie de novas modalidades de poder e de gestão da vida humana. E, em última análise, sustentamos que essas novas modalidades de poder e de gestão da conduta dos indivíduos colaboram para o esgotamento físico e emocional das pessoas, desencadeando diversas síndromes.

1 A NOÇÃO DE GOVERNAMENTALIDADE EM MICHEL FOUCAULT: TRAÇOS GERAIS

Como Foucault operou ao apresentar as noções sobre a governamentalidade? A temática da governamentalidade é abordada pelo autor sobretudo nos dois cursos proferidos no *Collège de France*, isto é, em *Segurança, território e população* (1977-1978) e em *Nascimento da biopolítica* (1978-1979). No entanto, é importante ressaltar que as noções de “governo” perpassam pela conjuntura da obra do autor. Foucault (1982) nos disse que, em seus vinte anos de pesquisa, teve como empreitada desenvolver uma história dos diferentes processos de subjetivação dos seres humanos em nossa cultura. Nesse estudo genealógico, no qual o sujeito aparece em última instância como objeto de análise¹, as noções de governo aparecem como grade interpretativa desses processos de subjetivação visados pelo autor.

É nesse movimento que Foucault provocou um deslocamento, ao dar início a uma nova abordagem sobre a biopolítica, ao introduzi-la numa forma mais ampla de poder, designada de governamentalidade. Como o autor procedeu a esse deslocamento? A análise elaborada pelo autor sobre os mecanismos de disciplina se deslocou de um poder enquanto algo que atravessa o corpo do sujeito ao produzir discurso de verdade e emitir processos de

¹ No entanto, é importante mencionar que o estudo foucaultiano parte de uma análise da discursividade materializada em diversos arquivos, em que os processos de subjetivação, constituídos em diferentes momentos históricos, tornaram-se o fio condutor de sua análise genealógica sobre o sujeito.

subjetivação para um tipo de poder inerente ao fenômeno demográfico da população. Desloca-se, então, do poder que incide sobre o indivíduo isolado para a organização da população, *locus* das formas de governo do sujeito e da população.

No deslocamento, que operou a partir do âmbito da análise do eixo saber/poder, o autor deu ênfase, a partir de então, às noções de governamentalidade, isto é, às formas pelas quais direcionam as pessoas para além das instituições fechadas. Nesse contexto, verifica-se um mecanismo de poder que vai atuar sobre os fenômenos da vida humana inerentes ao corpo populacional. Essa nova estratégia de poder passa a regular esses fenômenos a partir da fração segurança/risco. Trata-se da “gerência de populações que se pauta, de forma determinante, na consideração do corpo humano como corpo-espécie, como ser vivo sujeito a processos biológicos que, em última instância, colocam-no nos quadros de diversos fenômenos de caráter econômico-demográfico” (Faria, 2014, p. 104).

Entretanto, Foucault (1997) chama a atenção para não olharmos esse deslocamento a partir da substituição de uma sociedade de soberania para uma sociedade de disciplina e, por último, a substituição de uma sociedade de disciplina pela de governo. Pensando com Foucault, é importante entendermos como a vida entrou na história, isto é, a inserção da vida biológica nos cálculos políticos modernos. A entrada desse modo vida nos cálculos políticos revelou esse movimento que foi se deslocando de uma sociedade para outro, ou seja, “um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 1979, p. 291).

Para entendermos esse movimento, ou seja, a dimensão governamental, é necessário analisar a existência de um poder que se desenvolveu em torno da vida sob duas formas. A primeira forma de poder que se desenvolveu a partir do século XVII privilegiou o *corpo-máquina*. Trata-se de uma forma de poder que distribui os indivíduos, vigia e os adentra, ao endereçar os processos de subjetivação para a fabricação de corpos dóceis. Assim, verifica-se a existência de um tipo de poder, marcado por uma rede de relações, que foi progressivamente se organizando em torno da vida; diz respeito a uma forma de poder que disciplina os corpos e que se encontra em instituições fechadas como nos colégios, nas fábricas, nos quartéis, nos hospitais etc. Esse tipo de poder instituiu, nessas instituições, uma arte tênue de controlar o tempo e distribuir os indivíduos de uma forma calculada para torná-los disciplinados, obedientes e produtivos (Foucault, 2014).

Em linhas gerais, a disciplina objetiva regulamentar as forças do corpo e concentrá-las em um determinado lugar para deixar os sujeitos manejáveis e controláveis. “A disciplina

aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar” (Foucault, 2014, p. 135-136). Assim, a descoberta da vida biológica como algo passível de ser disciplinada, domesticada, produzida e regulamentada pelas tecnologias do poder disciplinar significou uma mudança estrutural na organização social. Essa forma de organização culminou no surgimento da população enquanto um corpo vivo. Isso se deu a partir do momento em que o

[...] homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1988, p. 134).

Já a segunda forma de organização do poder sobre a vida é aquela cuja força é direcionada ao *corpo-espécie*. Podemos dizer que esse tipo de poder aspira multiplicar os indivíduos tendo em vista o conjunto populacional. Essa forma de poder, ou melhor, essa intervenção de poder passa a se preocupar com a vida e suas condições de variação, sobretudo, no que tange ao fenômeno populacional. A população, investida por intervenções de controle e regulação, é o que caracterizou o surgimento da biopolítica a partir do século XVIII. O “descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável [*dressable*], o outro núcleo tecnológico em torno ao qual os procedimentos políticos do ocidente se transformam” (Castro, 2009, p. 59). A vida biológica dos seres humanos, com suas particularidades, foi gradualmente incorporada nos mecanismos de poder, discursivo e não discursivo, que o Estado adquiriu enquanto instrumento de intervenção nos processos de subjetivação. Então “[...] deveríamos falar de uma ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1988, p. 134).

Foi nesse contexto que Foucault, também, percebeu uma relação entre a biopolítica e o desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento do capitalismo foi possível via emissão de processos de subjetivação que terminaram por reeditar os súditos em *corpo-espécie* adaptável às técnicas do biopoder. O poder sobre a vida se garante pela articulação do poder

disciplinar, *anátomo-política* do corpo individual, com o poder regulador da biopolítica em relação ao conjunto da população. Segundo Foucault (1997, p. 64), a biopolítica surgiu em um contexto, isto é, a partir do século XVIII, quando ocorreu uma racionalização dos “problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças”. Por isso, a biopolítica toma como objeto de intervenção o sujeito enquanto uma espécie viva inserida na sociedade.

Assim, é importante mencionar que Foucault chama a atenção para a questão da norma. Nesse caso, é entre o poder disciplinar e o que regula os fenômenos da população que se verifica a circulação da normalização. Conforme o autor, temos um sujeito da norma. Ela é o que garante, em última instância, o controle do ordenamento disciplinar do corpo individual, este entendido enquanto um organismo vivo, e os fenômenos inerentes à população – sua multiplicidade biológica.

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (Foucault, 1990, p. 302).

Na sociedade da normalização, o biopoder se encarregou instantaneamente tanto do corpo e da vida quanto do corpo individual inserido na coletividade. Nesse caso, “a norma se aplica tanto ao corpo a ser disciplinado quanto à população que se quer regulamentar; ela efetua a relação entre ambos, a partir deles mesmos, sem qualquer exterioridade, sem apelar para algo que seja externo ao corpo e à população em que está esse corpo” (Veiga-Neto, 2003, p. 74). Na sociedade de normalização, vemos toda uma política que passou a se ocupar da população, noção que até então não havia sido explorada, visto que a população só ganhou relevância com a emergência da arte de governar. Por isso, Foucault (1990), analisando uma linha de poder que perpassa pelo corpo individual ao coletivo, percebeu que a população é a novidade que emerge a partir das tecnologias políticas mobilizadas pelo biopoder. Significa que, do surgimento do corpo populacional “[...] decorre que a natureza dos fenômenos que são levados em conta se situa no nível do coletivo, daquilo que só ganha relevo nos efeitos políticos e econômicos no registro da massa populacional, ligando-os pelo padrão normalizador” (Resende, 2018, p. 79). A população é, portanto, o novo conceito por meio do

qual se explicam as questões que emergem do coletivo. Por isso, a “população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que quer que ela faça” (Foucault, 1979, p. 289).

A arte de governar é o desdobramento das tecnologias de poder que suscitou um conjunto de saberes sobre os fenômenos que surgem no coletivo. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente economia” (Foucault, 2008b, p. 140); procura, portanto, produzir saberes sobre a natalidade, a saúde, o desenvolvimento demográfico etc. Nesse sentido, diferentemente dos dispositivos disciplinares, os dispositivos de segurança se exercem sobre a população tendo como alvo principal a *espécie humana*. A *espécie humana* surge como objeto de intervenção do governo no âmbito do Estado, demarcando sua diferença em relação à noção de *gênero humano* (Foucault, 1990)².

A *economia política* é outra questão que o autor também contextualiza em relação aos problemas que surgem no coletivo. Essa arte de governar foi gradativamente aperfeiçoada ao ganhar uma dimensão técnica para dar conta dos fenômenos que emergem do conjunto populacional. Segundo Sylvio Gadelha (2016, p. 134), essa “arte de governar irá se revestir cada vez mais de um tipo de saber, a *economia política*, e de tecnologias próprias e adequação à gestão desse novo campo e/ ou objeto de intervenção política, a população, como campo e objeto econômico”.

No curso *Segurança, território e população* (1977-1978), Foucault fez essa incursão na reflexão sobre as formas políticas de governo ao nível do Estado, apontando para o que ele designou mais precisamente de governamentalidade. Na discussão sobre a governamentalidade, veremos esse movimento que aponta para o papel do Estado na gestão dos processos biológicos (*espécie humana*) e sociológico no nível do coletivo. Daí permitiu-se compreender a governamentalidade, na perspectiva liberal e neoliberal, ligada tanto à gestão biopolítica das massas quanto ao controle dos indivíduos para além das instituições fechadas.

² A *espécie humana* nas palavras de Foucault (1990, p. 292) diz respeito aos “[...] seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência [...]”. Esse conjunto de seres humanos enquanto uma espécie viva apresenta características biológicas e patológicas que devem ser analisadas e tratadas a partir de técnicas, estratégias e saberes específicos. Em contrapartida, a noção de *gênero humano* engloba o constructo do sujeito engendrado nas relações de poder e de saber que veiculam no tecido social ao longo do processo histórico.

Assim, com Foucault, é possível entender a maneira pela qual o Estado foi se governamentalizando e, *por conseguinte*, perceber como a racionalidade política faz a gestão da população. Por isso, o autor deslocou sua análise para as questões sobre “como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível etc.” (Foucault, 1979, p. 277-278). Postas estas problematizações, compreende-se que governar não se limita apenas ao gerenciamento da política e do Estado, mas à maneira pela qual toma como objeto a população, os interesses coletivos e os interesses individuais. Ao colocar em discussão a que questão da governamentalidade, devemos considerar a maneira como se administram os problemas inerentes à população. Assim, para melhor compreendermos a noção de governamentalidade devemos entendê-la como

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008b, p. 143-144).

Desse modo, trazendo a noção de um Estado governamentalizado, é importante considerar que ele transpõe uma forma de governo territorial que perpassa pela sociedade disciplinar e se desloca na arte de governar a coletividade, isto é, uma *economia política*. Assim, vemos um Estado de governo que foi gradativamente se governamentalizando (Foucault, 2008b). Foi assim que o Estado se manteve em funcionamento no mundo ocidental por elaborar todo um conjunto de saberes, procedimentos, um saber técnico sobre os fenômenos intrínsecos à população. A população, nesse sentido, aparece como uma última característica dos mecanismos de segurança, por adentrar em um campo de saber, uma *economia política*, que se deslocou progressivamente das outras formas de governo, a saber, a soberania e a disciplina. Uma ciência política que vai atuar de forma estratégica na avaliação dos riscos.

A partir dessas problematizações elaboradas por Foucault (2008b), cabe-nos esclarecer que essa nova modalidade de governo deve ser compreendida num campo mais amplo de

poder. Trata-se de um conjunto de tecnologia utilizado de forma estratégica para dirigir a conduta das pessoas de modo geral, isto é, trabalhadores, crianças, doentes etc. É uma forma de *economia política* que tem no corpo social sua razão de ser e atuar. Nesse caso, a biopolítica vai atuar no controle da população, com técnicas bem mais precisas e sutis em relação à tecnologia disciplinar. Isso significa que no mundo ocidental, a partir do século XVIII, o Estado de governo revigorou a população como também garantiu sua existência.

O que tivemos em vista, neste primeiro momento, foi mostrar como, a partir do século XVIII, as sociedades modernas, no Ocidente, foram se governamentalizando e com isso apontar esse deslocamento crucial que se deu a partir da emergência de um novo objeto de intervenção de poder, ou seja, a população. A partir desse contexto surge uma forma moderna de governamentalidade. Nesse caso destacaremos sobre a arte liberal de governar que surge a partir de meados do século XVIII e que se desdobra em novas modalidades de governo já no contexto do pós-guerra. Por isso, neste estudo, abordaremos rapidamente sobre a governamentalidade liberal e aprofundaremos na arte neoliberal de governar, especificamente a que se desenvolveu nos Estados Unidos³. Veremos que esse modelo de governamentalidade neoliberal engloba estratégias, técnicas e procedimentos que vão atuar na organização e na condução de novos modos de vida. Por isso, visaremos problematizar em que tal condição, essas estratégias, por vez, ao escapar dos domínios econômicos e se deslocar para outros espaços da sociedade, resultou no agenciamento da forma de ser, de agir, de pensar e de trabalhar das pessoas.

2 A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR: DESDOBRAMENTOS

Em que consiste a arte neoliberal de governar? E em qual espaço e tempo ela se insere? Ora, poderíamos dizer que a análise foucaultiana sobre o neoliberalismo é, em última instância, a culminância ou um ponto de chegada de sua pesquisa genealógica, embora uma obra que, ao nosso ver, ficou inacabada. Trazendo para esta reflexão a questão neoliberal, é importante esclarecer que Foucault, a partir de uma releitura do liberalismo do século XVIII e

³ Essa decisão se justifica porque o modelo de neoliberalismo norte-americano dá ensejo para discutirmos uma forma bem específica de racionalidade política de gestão da conduta humana. Uma forma de governamentalidade que tem na teoria do capital humano sua essência. Vejamos que essa forma de racionalidade “ampliou consideravelmente seu próprio campo ao considerar todos os comportamentos humanos como resultado de escolhas entre fins rivais” (Laval, 2020, p. 68). Esse modo de gestão neoliberal da conduta humana fez do trabalhador um sujeito com uma atividade econômica ativa e apto a fazer escolhas alternativas no meio concorrencial.

XIX, não cogitou provocar um deslocamento do liberalismo para o neoliberalismo. A empreitada do autor teve em vista apontar como o neoliberalismo revelou uma forma de racionalidade política de gestão da conduta das pessoas, diferente da arte liberal de governar.

Na análise que Foucault desenvolveu em *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), verificam-se três tipos específicos de governamentalidade que surgiu no contexto histórico moderno: o modelo francês, o *ordoliberalismo* na versão alemã e o neoliberalismo norte-americano. A análise do neoliberalismo estadunidense revelou uma modalidade de governo que intensificou paulatinamente a forma pela qual direciona a conduta dos indivíduos ao assumir “[...] a forma econômica do mercado como um modo de vida social” (Stival, 2018, p. 158). No entanto, para analisar a arte neoliberal de governar, *a priori*, é importante observar mais um movimento que revelou um tipo de racionalidade próprio da gestão estatal sobre a população. Sobre esse movimento, percebe-se uma forma de racionalidade governamental que, a partir do século XVIII, “[...] buscou conhecer e intensificar as forças estatais, através da gestão biopolítica do par população-riqueza” (Gadelha, 2016, p. 136). Nesse caso, o que entra em questão é a reivindicação da necessidade constante de governar mais. No que tange às estratégias de governo, fica explícita a necessidade de um maior ordenamento e um controle mais preciso da população e do que ela produz enquanto riqueza. Assim, Foucault aponta que a razão de Estado reivindica para si mesma, como uma finalidade última da sua existência, a necessidade de governar mais. Então, observa-se que esse tipo de Estado de governo age pela falta, isto é, carece de um maior ordenamento dos indivíduos ao considerar o par “população-riqueza” (Foucault, 1997, p. 60).

Entretanto, neste campo das problematizações de Foucault (1997), duas questões emergem e nos chamam a atenção, isto é, mostrar como a administração estatal, enquanto uma forma de gerir a conduta das pessoas, não deve ser o seu princípio regulador ou não deve ser sua razão de ser em si mesma e o aparecimento do mercado como o lugar de produção de verdade. Como Foucault explicou essas duas problematizações? Sobre essa análise, é importante apontar que, no âmbito da prática liberal, o Estado governamental entra numa onda de declínio, isto é, para os liberais se governaria em demasia e, portanto, seria preciso limitar suas ações; limitar a forma como regula e governa a conduta dos indivíduos. Assim, o autor toma o liberalismo enquanto um quadro epistêmico de análise da racionalidade política, isto é, analisar os “[...] tipos de racionalidade que atuam nos procedimentos através dos quais se dirige a conduta dos homens por meio de uma administração estatal” (Foucault, 1997, p. 68).

Tratando-se da reflexão liberal, diz o autor que o “[...] liberalismo, por sua vez, é atravessado pelo princípio: *governa-se sempre demais* – ou, pelo menos, é preciso sempre suspeitar que se governa demais” (Foucault, 1997, p. 65, grifo nosso). Nesse caso, a forma como se dirige a conduta dos homens não deve ter como finalidade última o Estado nem mesmo o governo. De acordo com os liberais, a razão de Estado não deveria ser justificada pelo uso máximo do governo por meio de uma estrutura de regulamentação.

Sobre essa questão, Foucault (1997, p. 66) esclarece que a “[...] reflexão não parte da existência do Estado, encontrando no governo um meio de atingir essa finalidade que ele seria para si mesmo, mas da sociedade que vem a estar numa relação complexa de exterioridade e de interioridade em relação ao Estado”. Vemos, então, que a primeira forma de limitação à governamentalidade, no nível do Estado, é exterior ao governo. Essa forma de limitação se dá por meio de decretos, declarações e cartas. Para Laval (2020), a segunda forma de limitação à governamentalidade é feita por meio de cálculos e balanços das ações do próprio governo. Por isso, nesse contexto, ou seja, do exercício do governo, primeiro o sujeito governado é um indivíduo especificamente jurídico e, *por conseguinte*, é visto como um sujeito econômico.

Então, Foucault, ao analisar a crítica liberal, percebeu uma relação ambígua em relação ao papel do Estado. Nesse caso, para o autor, as limitações à governabilidade não poderiam ser mais de ordem externa apenas, mas também de ordem interna e, por isso, o excesso de governo deve ser considerado problemático no que se refere ao excesso de regulamentação. Então, as questões que Foucault (1997, p. 91) colocou são formuladas da seguinte maneira: “[...] por que é preciso governar? [...] o que torna necessário que haja um governo e que fins ele deve ter por meta em relação à sociedade, para justificar sua existência?”. Essas questões devem ser tomadas não como uma utopia liberal, mas como uma reorganização que buscava limitar a arte de governar típica do mercantilismo e do cameralismo; uma forma de governo que agia com excesso de regulamentação.

Então, procedendo dessa forma, Foucault (1997, p. 66) percebeu que o “mercado desempenhou, na crítica liberal, um papel de ‘teste’, de lugar de experiência privilegiada onde se pode situar os efeitos do excesso de governamentalidade e, até mesmo, medi-los”. Na crítica liberal, o exercício de poder governamental, ou melhor, essa racionalidade política, vai procurar no mercado outras formas de gerir a conduta das pessoas⁴. Assim, é necessário ficar

⁴ Todavia, com a inserção do fator sociedade (o corpo populacional) na crítica liberal, o liberalismo angariou, no contexto da prática governamental, problemas que seria necessário ela mesma resolver, isto é, problemas que a

atento à questão do mercado como o *locus* de outras possibilidades do exercício da governamentalidade. Por isso devemos

[...] tomar o liberalismo simultaneamente como prática crítica da possibilidade e da legitimidade de uma governamentalidade já existente (assentada numa razão de estado) e, pelo modo como ele se utiliza do mercado, como prova (ou teste) das condições de possibilidade de exercício de outros tipos de governamentalidade, prova esta sempre atenta aos efeitos de excesso de governo. Por isso, por outro lado, isso só foi possível ao liberalismo na medida em que ele inseriu a *sociedade* em sua crítica (Gadelha, 2016, p. 138).

A partir da inserção do fator sociedade na crítica dos liberais, o mercado passou a ser um espaço de produção de verdade. Isso significa que na análise operada por Foucault, o mercado ganha relevância por se tratar de um campo onde circulam as atividades econômicas e dele deriva uma discursividade intrínseca à racionalidade política liberal. Esse modo de racionalidade liberal teve suas implicações na limitação à governamentalidade. É por aí que o Estado, segundo Foucault (2008a, p. 42), enquanto um “[...] lugar de jurisdição que era até o início do século XVIII, está se tornando [...] um lugar que chamarei de lugar de verificação. O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental”. Por isso, o mercado torna-se um espaço de veracidade não só do discurso econômico, mas também surge como um mecanismo de análise da prática governamental. Segundo Foucault (2008a, p. 42), o “lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado”. O mercado dá ensejo para emergir uma forma de organização social espontânea, que extrapola as atividades racionais dos seres humanos.

O mercado apareceu como, de um lado, uma coisa que obedecia e devia obedecer a mecanismos “naturais”, isto é, mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiria alterá-los e desnaturá-los (Foucault, 2008a, p. 44).

Friedrich von Hayek, a partir de uma incursão no pensamento econômico de Adam Smith, elaborou sua teoria do mercado, culminando, em última instância, numa teoria da sociedade. Nesse sentido, Hayek, opondo ao princípio racionalista de Descartes, acreditava que o mercado e sua organização e concretude não surgem dos princípios racionais dos seres humanos, mas, sobretudo, da espontaneidade na qual ele se autorregula independentemente

governamentalidade liberal teria que dar conta de mitigar. Esses problemas dizem respeito ao conflito entre a liberdade e a segurança.

das intervenções externas⁵. Isso significa que a “ideia de uma ordem social espontânea remete ao fato de que instituições como o *mercado* são o resultado não previsto de atividades humanas” (Franco *et al.*, 2020, p. 59). Assim, veremos que a ordem liberal do mercado não é fruto da criação racionalista do ser humano, mas surge de forma espontânea a partir da imersão dos indivíduos em um conjunto de regras compartilhadas entre si pela cultura. Sendo assim,

[...] essa ordem fabricada, produzida pelo plano e pelo desígnio e que, portanto, supõe um mundo passível de ser captado pelo conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea, o *kosmos*, fruto de homens seguidores de regras. Não um fruto de regras apriorísticas, inatas ou conhecidas por um espírito humano, mas de regras que seriam transmitidas pela cultura, oriundas da experiência e da tradição (Ganem, 2012, p. 105).

Segundo Lucena (2011, p. 183), o entendimento de Hayek “[...] parte do pressuposto que o mercado não é uma economia, não podendo, seus resultados, serem julgados com critérios apropriados para uma comunidade organizada a serviço de uma hierarquia política determinada”. O mercado deve ser compreendido como uma ordem espontânea que não segue uma hierarquia nem princípios coordenados pelo aparato político, o que seria uma condição indispensável para a manutenção do funcionamento do sistema econômico. Nesse caso, a fim de fomentar o sistema econômico, é necessário que o indivíduo possa agir seguindo as regras estabelecidas pelo mercado.

O mercado torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento das competências dos indivíduos. Assim, para Hayek (2010, p. 193) foi “[...] a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido”. O mercado, na perspectiva do autor, aparece como um espaço de desenvolvimento não só dos processos econômicos, mas como um espaço no qual potencializa o progresso social. Assim, Hayek (1983) problematiza a complexidade da vida e suas dimensões, bem como a atuação de múltiplos indivíduos na sociedade, ambiente no qual os sujeitos múltiplos e heterogêneos estabeleçam uma pressão contínua “[...] nas forças políticas potencializando através do mercado condições equitativas para a existência humana” (Lucena *et al.*, 2020, p. 127).

Em Foucault, notamos que o “mercado” se tornou um espaço de veracidade, no qual a racionalidade inerente às relações de concorrência vai agir sobre as pessoas pelo seu meio

⁵ A noção de uma ordem espontânea do mercado foi desenvolvida no âmbito das discussões econômicas da Escola Austríaca de economia. Seus principais expoentes foram Carl Menger, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek.

de vida. Nessa direção, vemos que o ponto central dessa arte de governar “[...] é o governo dos homens por intermédio de uma regulação concorrencial da sociedade, cuja condição histórica é a *governabilidade do homo oeconomicus* ou, para ser mais preciso, *tornar governável o homo oeconomicus, transformando-o em homem neoliberal*” (Laval, 2020, p. 79).

Partindo da análise sobre a teoria do capital humano, segundo os economistas da Escola de Chicago⁶, Foucault (2008a, p. 302) buscou explicar como essa teoria da “[...] possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não econômico”. Tomando como referência as análises de Foucault (2008a), verificamos que a economia é o meio pelo qual se analisam as estratégias que programam as atividades dos indivíduos tendo em vista o fluxo de capital. Isso significa que o sujeito não poderia ser visto mais enquanto um indivíduo que apenas organiza os processos econômicos ou como o sujeito da troca e do consumo. Ele deve ser analisado como parte desse processo, ou seja, ele configura instantaneamente o capital e a renda.

Assim, disse Foucault (2008a, p. 308) que “[...] em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma ‘máquina’ e, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário, ou melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários”. Desse modo, as competências, isto é, um conjunto de habilidades que o sujeito adquire durante seu processo de formação, ganha valor de mercado, configurando, na dinâmica do mercado, um fluxo de economia. Sendo assim, o *homo oeconomicus* é formado de capital e renda, desdobrando no sujeito empresa (Foucault, 2008a). Na análise operada por Foucault vemos este deslocamento, ou melhor, este movimento que se desloca de uma sociedade mercantil e instaura um modelo de sociedade empresarial. Nesse caso, o sujeito da empresa ou empresarial não pode ser analisado mais como o sujeito da troca e nem do consumo.

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica

⁶ A teoria do capital humano surge nos Estados Unidos tendo como principais expoentes Theodore Schultz, Gary Becker e George Stigler. Esses economistas influenciaram uma nova concepção sobre o trabalho e sua relação com o trabalhador. A partir dessa teoria, observa “que o trabalhador seja na análise econômica não um objeto, objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo” (Foucault, 2008a, p. 308).

concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo economicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção (Foucault, 2008a, p. 201).

Nesse sentido, o neoliberalismo não se desloca da arte liberal de governar para uma forma de governo inerente ao princípio da concorrência. O que ocorre é a recomposição do modo liberal de governar ao substituir o *laissez-faire* pela regra da concorrência. O discurso de poder que circula no âmbito da prática neoliberal não age diretamente sobre o sujeito, pelo contrário, age indiretamente sobre a regra que vai definir o funcionamento dos processos econômicos de mercado. Sendo assim, o livre mercado excedeu as políticas de bem-estar social, resultando na instituição da livre concorrência como norma geral de vida. Em síntese:

O neoliberalismo recompõe a história liberal, substituindo a centralidade do *laissez-faire* pela centralidade da concorrência; mas mesmo a concorrência não é a novidade, e sim o reconhecimento de que ela funciona já no liberalismo clássico como *forma essencial (eidos)* do governo, de modo que não basta *laissez-faire* e é preciso, ao contrário, fomentar essa forma de relação econômica e social, essa forma que define o modo de ser dos sujeitos no mundo (Stival, 2018, p. 161).

Portanto, observa-se que a racionalidade neoliberal moderna consiste no agenciamento dos indivíduos por meio da criação de novos dispositivos que, por vez, darão sentido aos modos de vida atuais governados pelo jogo concorrencial. O que vai pautar os novos modos de vida não é um Estado de bem-estar social ou, mais precisamente, o princípio de solidariedade que terá em suas bases o acesso ao bem comum, mas a concorrência. Sendo assim, partindo das problematizações que postamos até aqui, nos cabe apresentar alguns dos desdobramentos dessa forma de racionalidade que, ao se deslocar dos domínios da economia e redirecionar para outros espaços sociais, terá algumas implicações no cotidiano das pessoas.

Um dos desdobramentos dessa forma de racionalidade neoliberal diz respeito ao sujeito empreendedor de si mesmo. No curso de 1979, mais especificamente na aula do dia 14 de março, Foucault (2008a, p. 311) nos mostra a formação de um sujeito empresário de si mesmo, isto é, um indivíduo que busca “substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo” (Foucault, 2008a). Esse sujeito, segundo o autor, comporta tanto seu capital quanto seu produto e sua renda.

A noção de um sujeito que empreende a si mesmo abre precedentes para pensarmos como o discurso neoliberal agencia, a cada instante, os indivíduos a se comportarem como sujeitos que tomam a si próprios como um empreendimento a ser realizado. Um empreendimento que exige investimentos estratégicos, isto é, implica na boa gestão das

aplicações financeiras na formação educacional e profissional do indivíduo desde a mais tenra idade. Não se trata apenas de aumentar os investimentos financeiros em educação, mas também de aprimorar esses investimentos com o objetivo de formar uma boa qualidade de capital humano. Esses investimentos serão, para as empresas e para o sujeito que exercerá uma relação de parceria com a empresa, a nova base econômica do capitalismo. A partir de então, temos a noção de um indivíduo denominado, segundo Gadelha (2016, p. 155), de “indivíduo-microempresa”.

A partir de uma incursão na reflexão foucaultiana, Noguera-Ramírez (2011) nos apresenta em sua pesquisa intitulada *Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade com uma sociedade educativa* a noção de um sujeito que converge com o indivíduo microempresarial. Trata-se, portanto, de um aprendiz vitalício⁷. Nesse estudo, o autor analisou a emergência de uma *sociedade educativa* em três ciclos distintos: o ciclo da *instrução* entre os séculos XVII e XVIII; a *educação liberal* a partir do final do século XVIII e o século XIX; e, por último, a *sociedade da aprendizagem* que começou no final do século XIX e se consolidou ao longo do século XX aos dias atuais.

O autor, tendo como emergência a noção de aprendizagem, preconiza que “[...] ler a Modernidade na perspectiva da educação é ler o processo de formação de uma sociedade educativa” (Noguera-Ramírez, 2011, p. 21). Nesse sentido, o sujeito que habita esse novo espaço social, denominado de *sociedade da aprendizagem*, é instigado a ser um aprendiz permanente. Vemos então a iminência de uma forma de governo do aprendiz vitalício, de um indivíduo inacabado e, por isso, aberto ao processo de formação continuada. Dessa forma, o autor expõe que

[...] a aprendizagem é hoje a forma do governo pedagógico, o governo não mais do cidadão, mas do “aprendiz permanente”, do *Homo discentis*. Aprender ao longo da vida, aprender a aprender é a divisa do governo contemporâneo. Estamos sendo compelidos a nos comportar como aprendiz permanente, que moram em sociedades de aprendizagem ou cidades educativas (Noguera-Ramírez, 2011, p. 230).

A partir das noções de “*Homo discentis*” e de um sujeito que possui a tarefa de empreender a si mesmo, nos cabe apontar mais um desdobramento da arte neoliberal de governar, isto é, mostrar como a seleção e a valorização pelo mérito também têm provocado algumas implicações na vida humana. Tomamos a meritocracia enquanto o desdobramento da

⁷ A noção de “aprendiz vitalício” aparece na obra do autor como o correlativo do sujeito microempresarial ou que é compelido a empreender a si mesmo com foco nos resultados e na eficiência. Por isso, o sujeito que vive na sociedade da aprendizagem, como aponta o autor, é um indivíduo que não está pronto, porque ele se vê como um aprendiz permanente.

arte neoliberal de governar, por se tratar das predisposições que o sujeito possui de aceitar a ideia de que o destino está em suas mãos e que é preciso conduzi-lo diante das incertezas. O filósofo Michael Sandel (2020, p. 89) interpela que os defensores da meritocracia incentivam os seres humanos “[...] a pensarem em si mesmos, como responsáveis por seu destino, não como vítimas de forças além de seu controle”. Segundo o autor, as pessoas que vencem com seus próprios esforços se sentem merecedoras e passam a responsabilizar aqueles que não conseguiram ascender na pirâmide social pelo seu próprio fracasso.

A noção de meritocracia não aparece de forma isolada nas discussões atuais sobre formação, qualificação, competências e empreendedorismo. Na verdade, faz parte do dispositivo contemporâneo que vai capturar um contingente de pessoas e subjetivá-las para se tornarem sujeitos aptos a empreender a si mesmos numa sociedade da aprendizagem. Assim, percebemos que o discurso da meritocracia se adequa ao campo educacional, contribuindo para a seleção e a reprovação de estudantes em virtude de seus méritos. Para isso, “[...] a escola deve inculcar nos estudantes a ideia de mérito e seleção, sendo a reprovação a principal forma de fazer isso” (Ribeiro *et al.*, 2018, p. 5).

No entanto, isso implica que não há vítimas dos eventos que ocorrem no mercado, que é o meio de vida das pessoas, uma vez que somos livres para assumir nossas responsabilidades e ascender na escala social. Essa forma de organização social tende a valorizar ou condenar os resultados das escolhas pessoais, sem levar em conta a desigualdade, a exclusão e a polarização entre ricos e pobres que afetam e degradam os modos de vida contemporâneos. Já os princípios de igualdade, de solidariedade e de justiça social são esquecidos, o que legitima o princípio de concorrência e a busca constante pelo desempenho como norma geral de vida.

Assim, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017, p. 79) nos adverte que a forma de organização social contemporânea não é “[...] primordialmente uma sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho”. Nela, o que vai caracterizar o sujeito não é o poder disciplinar, a repressão ou a negatividade, mas o desempenho. Na sociedade de desempenho, o sujeito contemporâneo é marcado pelo excesso de positividade, de afirmação e de liberdade e, haja vista, nela o sujeito responde a si mesmo, ou seja, por ser um indivíduo neoliberal, sua meta é empreender a si mesmo ao fazer parte do jogo da concorrência. No entanto, o excesso de positividade e de desempenho, segundo Han (2017, p. 69), implica uma sociedade do *doping*:

O *doping* não passa de uma *consequência* dessa evolução na qual a própria *vitalidade*, que é constituída por um fenômeno bastante complexo, é reduzida a uma função vital e um desempenho vital. Como contraponto, a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos. Esses estados psíquicos são característicos de um mundo que se tornou pobre em negatividade e que é dominado por um excesso de positividade.

Dessa forma, sustentamos a ideia de que o mercado, sob a gestão do neoliberalismo, é um espaço de possibilidade para as realizações pessoais, desde que o indivíduo esteja disposto a participar de um jogo em que a concorrência é a regra que vai determinar os valores que melhoram a capacidade de competir. Por isso, nunca se valorizou tanto a noção de um sujeito flexível, empreendedor, gestor de si mesmo e com vontade de aprender novas habilidades. Isso quer dizer que o ser humano atual é estimulado a adquirir novas habilidades para além da sua capacidade operacional, ou seja, são competências intangíveis e imensuráveis chamadas de *soft skills* pelos gestores de recursos humanos.

Ao nosso ver, essas habilidades emocionais são formas de fazer a gestão neoliberal da forma de ser, de agir, de trabalhar e de viver das pessoas. Assim, os desdobramentos da governamentalidade neoliberal se tornaram possíveis a partir do momento em que a vida humana passou a ser regulada no espaço do mercado pelo jogo da concorrência. “Isso supõe a criação de dispositivos novos que, a menos no plano teórico, dariam a cada qual uma forma de sobreviver em um mundo onde a concorrência é a regra” (Laval, 2020, p. 136). Por fim, sustentamos que esses dispositivos de poder e de gestão da conduta humana ao modo neoliberal implicam o esgotamento físico e emocional das pessoas, desencadeando diversas síndromes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi mostrar os desdobramentos da arte neoliberal de governar, bem como apresentar algumas das implicações dessas novas modalidades de gestão na vida humana no contexto atual. Para que essa empreitada fosse possível, decidimos iniciar nosso estudo com uma apresentação sobre a noção de governamentalidade desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault. A decisão se justifica por compreendermos que sem uma explanação adequada da noção de governamentalidade não seria possível discutir os efeitos da arte neoliberal de governar, bem como demonstrar algumas consequências desse modelo de gestão na vida humana.

Sendo assim, no primeiro momento, ao apresentar os traços gerais sobre a governamentalidade, verificamos como essa noção foi crucial para Foucault em sua pesquisa genealógica. Isso quer dizer que, na análise genealógica, ele introduziu a noção de biopolítica numa perspectiva mais ampla de poder na qual ele designou, em particular, de governamentalidade. Como vimos, a governamentalidade, num primeiro momento, estava ligada às questões que interferem no grosso da população. As questões de que, *a priori*, a governamentalidade se ocupou dizem respeito, por exemplo, aos nascimentos, à morbidade, ao controle dos preços dos alimentos, à sexualidade etc. Entretanto, a governamentalidade numa perspectiva genealógica foi assumindo formas mais amplas e mais sutis de gerir a conduta dos indivíduos.

Entre essas formas ou modalidades de dirigir a conduta do sujeito, Foucault (2008a) nos apresenta a noção de governamentalidade neoliberal. Noção que nos serve de grade interpretativa de uma forma específica de gestão da vida humana que, no contexto do mercado e da concorrência, substituiu o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um sujeito que se vê como um empresário de si mesmo. Na perspectiva do autor, “[...] o *homo oeconomicus* aparece agora como correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (Foucault, 2008a, p. 369). O meio diz respeito ao espaço do mercado. O neoliberalismo por meio do mercado e da regulação concorrencial da sociedade vai direcionar as relações econômicas e governar a conduta dos indivíduos. Nesse espaço, é possível observar uma forma de governo das populações que se baseia em mecanismos de regulação da conduta individual, que consistem em “[...] construir o meio social como um *mercado*” (Laval, 2020, p. 82).

Sendo assim, destacamos neste estudo que a noção de um sujeito contemporâneo perpassa pelos mecanismos de poder veiculados no contexto das práticas inerentes à racionalidade neoliberal. No espaço do mercado, lugar da formação do sujeito neoliberal, o indivíduo é visto como um ser potente e aberto às novas modalidades de gestão e de subjetivação. Por isso, faz sentido falar de um sujeito aberto aos processos e políticas de subjetivação difundidas no meio concorrencial. Gadelha (2016, p. 151) atesta que essas políticas de subjetivação induzem “os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às próprias vidas e às de seus pares, de modo a que cada vez mais estabeleça entre si relações de concorrências”.

O neoliberalismo, que em linhas gerais transpõe o *laissez-faire* e institui a concorrência, vai estabelecer uma regra geral de vida para os indivíduos participarem

ativamente do processo econômico. Essa regra geral de vida, segundo os neoliberais, diz respeito à maximização das competências. Por isso, o sujeito neoliberal é visto como um indivíduo inacabado, aberto às políticas de subjetivação e induzido a participar do jogo da concorrência da forma mais excludente que essa possa ser. Excludente porque serão selecionados e supervalorizados, sobretudo aqueles sujeitos que tiverem um “diferencial” a oferecer ao mercado como alternativa para o desenvolvimento do fluxo de capital.

Dessa forma, os indivíduos contemporâneos vêm sendo capturados pelas tecnologias de governo que os induzem a cada instante a investirem em suas carreiras visando atingir o máximo de desempenho possível. Portanto, defendemos que a gestão do sujeito contemporâneo perpassa pelas tecnologias de poder inerentes à governamentalidade neoliberal, mas que os efeitos dessa forma de dirigir a conduta dos indivíduos e da coletividade implicam o esgotamento físico e emocional das pessoas, por serem as fontes de um capital valorizável.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FARIA, Peter de Souza Lima. **A noção de dispositivo na genealogia do poder**. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalho. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Julio Cesar Lemes; MANZI, Ronaldo; SAFATLE, Vladimir; AFSHAR, Yasmin. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. *In*: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 44-74.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GANEM, Angela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 93-117, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAYEK, Friedrich A. El Uso del Conocimiento em La Sociedad . Traduzido da American Economic Review, XXXV, n. 4 (setembro, 1945), p. 519-530. **Estudios Públicos**, Chile, n. 12, 1983.

HAYEK, Friedrich. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LUCENA, Carlos Alberto. Frederick August von Hayek e a teoria dos fenômenos completos: uma análise marxista. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 173-200, 2011.

LUCENA, Carlos; SANTOS, Adriana Cristina Omena; LUCENA, Lurdes; FRANÇA, Robson Luiz. O neoliberalismo de F. A. Hayek: Uma análise crítica. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 19, n. 42, p. 122-133, 2020.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RESENDE, Haroldo de. A Educação por toda a vida como estratégia da biorregulação neoliberal. *In*: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 78-94.

RIBEIRO, Vanda Mendes; KASMIRSKI, Paula Reis; GUSMÃO, Joana Buarque; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; CRAHAY, Marcel. Crenças de professores sobre reprovação escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-35, 2018.

SANDEL, J. Michael. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

STIVAL, Monica Loyola. O sujeito do (Neo)liberalismo. *In*: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 157-169.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.